



AS EXPERIÊNCIAS EM TORNO DA FESTA E A CRISE DO URBANO

EIXO TEMÁTICO: “OUTRAS” HISTÓRIAS?

VELLOSO, Rita

Doutora; Universidade Federal de Minas Gerais
ritavelloso@gmail.com

OLIVEIRA, Alessandra

Mestranda; Universidade Federal de Minas Gerais
olvra.alessandra@gmail.com

RESUMO

Ao se confrontar com a seguinte questão: “Movimentos culturais autogeridos alteram a lógica da produção capitalista do espaço?” — pergunta orientadora da pesquisa que originou o presente trabalho —, sugerimos um debate epistemológico sobre os movimentos culturais autogeridos, como forma de tensionar a lógica capitalista e os usos do espaço público. Esses movimentos podem ser entendidos como uma possibilidade de micro-resistências urbanas ao produzirem fissuras na forma hegemônica da produção urbana. Para tal, abordamos os movimentos de festa urbana como experiências carnavalizadas, e propomos a análise a partir da realidade de duas cidades, a saber: Belo Horizonte e Brasília. Por conseguinte, esta pesquisa busca analisar, partindo de um levantamento bibliográfico da vasta produção científica brasileira concernente ao tema, reflexões acerca das formas de apropriação do espaço a partir da noção de carnavalização, do que nos une enquanto povo e nossas festividades rueiras, bem como o potencial transformador da experiência carnavalizada nos espaços, na possibilidade de entender essas experiências pelo afeto e por um vetor tensionador de disputas da vida cotidiana através de processos de subjetivação do ser. Por fim, propõe-se entender a dimensão política e afetiva da festa, a fim de possibilitar uma visão interdisciplinar acerca da cidade como um espaço democrático, diverso e plural.

PALAVRAS-CHAVE: urbanismo; espaço público; insurgência; cultura popular; crise urbana.

SEMINÁRIO DE
HISTÓRIA DA CIDADE
E DO URBANISMO

18 SHCU

HORIZONTES (IM)POSSÍVEIS

NATAL / RN
10-14 NOV. 2024

ABSTRACT

When confronted with the following question: “Do self-managed cultural movements alter the logic of capitalist production of space?”—the guiding question of the research that led to this work—we suggest an epistemological debate on self-managed cultural movements as a means to challenge capitalist logic and the uses of public space. These movements can be understood as a possibility for micro-resistances in urban settings, as they create fissures in the hegemonic form of urban production. To this end, we approach urban festival movements as carnivalized experiences and propose an analysis based on the realities of two cities, namely: Belo Horizonte and Brasília. Consequently, this research aims to analyze, starting from a bibliographic survey of the extensive Brazilian scientific production related to the topic, reflections on the forms of appropriation of space through the notion of carnivalization, what unites us as a people and our street festivities, as well as the transformative potential of carnivalized experiences in spaces. This includes understanding these experiences through affection and as a tensioning vector in the struggles of everyday life through processes of subjectivation. Finally, we propose to understand the political and affective dimensions of the festival in order to enable an interdisciplinary view of the city as a democratic, diverse, and plural space.

KEY-WORDS: *urbanism; public space; insurgency; popular culture; urban crisis.*

RESUMEN

Al enfrentarse a la siguiente cuestión: “¿Los movimientos culturales autogestionados alteran la lógica de la producción capitalista del espacio?”—pregunta orientadora de la investigación que dio origen a este trabajo—sugerimos un debate epistemológico sobre los movimientos culturales autogestionados como una forma de tensionar la lógica capitalista y los usos del espacio público. Estos movimientos pueden entenderse como una posibilidad de micro-resistencias urbanas al generar fisuras en la forma hegemónica de la producción urbana. Para ello, abordamos los movimientos de fiesta urbana como experiencias carnavalizadas y proponemos un análisis basado en las realidades de dos ciudades, a saber: Belo Horizonte y Brasília. En consecuencia, esta investigación busca analizar, a partir de un levantamiento bibliográfico de la vasta producción científica brasileña relacionada con el tema, reflexiones sobre las formas de apropiación del espacio desde la noción de carnavalización, lo que nos une como pueblo y nuestras festividades callejeras, así como el potencial transformador de la experiencia carnavalizada en los espacios. Esto incluye entender estas experiencias a través del afecto y como un vector de tensión en las disputas de la vida cotidiana a través de procesos de subjetivación. Finalmente, proponemos entender la dimensión política y afectiva de la fiesta, con el fin de permitir una visión interdisciplinar de la ciudad como un espacio democrático, diverso y plural.

PALABRAS CLAVE: *urbanismo; espacio publico; insurrección; cultura popular; crisis urbana.*

SEMINÁRIO DE
HISTÓRIA DA CIDADE
E DO URBANISMO

18 SHCU

HORIZONTES (IM)POSSÍVEIS

NATAL / RN
10-14 NOV. 2024

INTRODUÇÃO

Escreve Steiner: “Não há, na verdade, muito a ganhar por perguntar mais uma vez qual a quilometragem até à lua ou qual é a fórmula para fazer ácido clorídrico. Nós sabemos as respostas” e saber já as respostas demonstra, “segundo Heidegger”, a “não essencialidade” ou a “pouca importância” da questão. “O que é ‘digno de questionamento’, por seu lado, é literalmente inesgotável.” O que nunca termina de ser respondido é o essencial. “Não há respostas terminais, resolubilidades últimas e formais para a questão do sentido da existência humana ou do significado de uma sonata de Mozart ou do conflito entre consciência individual e condicionamentos sociais. Steiner explicita então esta ideia fundamental de Heidegger: ‘A errância, a peregrinação em direção ao que é digno de ser questionado, não é aventura e sim voltar-a-casa.’ Errar, ou seja, circular de modo hesitante, só é útil e profundamente humano quando é feito em redor do que não tem resposta, do que não está ainda decidido, do que ainda nos espanta, do que ainda nos confronta, daquilo sobre o qual ainda se discute, argumenta, luta. Clarifica Steiner: ‘O homem, na sua dignidade, regressa a casa para o sem-resposta.’¹

É perturbador para certo Brasil – individualista, excludente, sisudo, inimigo das diversidades, trancafiado – lidar com uma festa coletiva, inclusiva, alegre, diversa e rueira. Tenso e intenso, como lâmina e flor, o Carnaval assusta porque nos coloca diante do assombro da vida.²

Soja (2000) aborda em seus discursos sobre a pós metrópole que, após as estruturas urbanas industriais, há o surgimento de um novo mosaico social e novas polaridades urbanas nas metrópoles. Esse cenário se repete globalmente e é intensificado nas grandes metrópoles globais, reafirmando as desigualdades na cidade contemporânea, os processos hegemônicos capitalistas no território e as tensões no espaço público. Todavia, segundo Soja (2000) há o surgimento de uma nova política cultural como vetor contrário ao processo neoliberal. Assim, esse ensaio propõe um olhar sobre experiências carnavalizadas, termo cunhado para traduzir movimentos culturais rueiros que tensionam os usos formais da cidade contemporânea e, ao acontecerem no espaço público, promovem a possibilidade de ressignificar o meio e trazer contribuições de populares para a cidade.

¹ TAVARES, G. **Atlas do Corpo e da Imaginação**. Alfragide, Editorial Caminho. 2013

² SIMAS, L. Publicação no X <https://x.com/simas_luiz/status/1622186096711929863?lang=cs>. Fevereiro, 2023.

A contribuição deste artigo não tem o objetivo de chegar a respostas definitivas acerca da crise do urbano e materializar a festa como uma solução desta dita crise, mas de produzir ruídos e tensionar conceitos sobre a experiência e o festejo. O que leva milhares e milhões de pessoas a ocuparem os espaços públicos e mudarem seus usos, mesmo que de forma efêmera? Quais os processos de subjetividades individuais, afetos e sentimentos que levam sujeitos a construir um movimento coletivo a ser lançado no espaço democrático, político e conflituoso que é a cidade.

Assumindo as experiências carnavalizadas como um possível vetor de micro resistência no espaço urbano, discorreremos sobre a experiência do Eu urbano e do Outro urbano, que sugere aproximações com a questão da experiência urbana de alteridade através de movimentos carnavalizados e sua influência na transformação do espaço urbano gerido por um pensamento homogeneizador e mercantilizado. Porque, enquanto sujeito social, nós festejamos? E mais, porque temos o desejo de festejar na rua e quais reverberações espaciais advém disso? Qual afeto compartilhado nos leva a construir uma forma de experiência coletiva que tensiona e reivindica o uso da cidade para a celebração? “Não se faz festa porque a vida é boa, mas pela razão inversa”, declarou Luiz Antonio Simas na abertura da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) 2024 citando a frase clássica do sambista Laudenir Casemiro, conhecido como Beto Sem Braço. Onde a miséria, a partir da produção de Simas, pode ser entendida não somente relacionada à dimensão econômica, mas como sinônimo de desencanto e mercantilização absoluta das esferas da vida.

Rememorando a contribuição acadêmica de Lefebvre (apud Brenner et al., 2011), temos a terceira dimensão na produção do espaço chamada de “espaços de representação”, que se refere não ao espaço em si, mas regiões dotadas de significado simbólico. Quando esse espaço, experienciado pelas pessoas na sua vida cotidiana, é vivido através de uma experiência prática, invoca os signos e memórias de seus habitantes.

“Algo” permanece sempre, um resíduo inefável que desafia a análise e que só pode ser expresso por meios artísticos. A cidade é, assim, sempre também uma

experiência concreta, prática, um lugar dos seus moradores que a utilizam e se apropriam dela nas suas práticas cotidianas. A natureza de uma “cidade” é algo que os seus habitantes aprendem desde a infância – e algo que combinam com as suas memórias. Estes mundos de experiência e processos de socialização também dão origem a sistemas de valores implícitos. Se uma cidade é percebida como um refúgio da civilização, ou como um lugar perigoso e imprevisível, deve-se principalmente a tais experiências. (Brenner et al., 2011)

Assim, o presente artigo busca, inicialmente, abordar a crise do urbano contemporâneo através de espaços de insurgência das experiências carnavalizadas em Brasília - DF e Belo Horizonte - MG. Sugerindo uma apreensão teórica do pensamento crítico urbano pautado no lúdico, nos afetos, na construção de processos subjetivos coletivos, no sentimento e na produção cultural de rua, portanto, é crucial neste contexto assumirmos que as experiências carnavalizadas estão inscritas no espaço e na consciência coletiva. Assim, essas experiências contêm aspectos coletivos e individuais, e por meio delas, temos o vislumbre de formas práticas de apropriação e a compreensão de que os ambientes urbanos podem ser utilizados de maneiras distintas das que foram planejadas originalmente.

CRISE DO URBANO

Aqui, pretende-se explorar o contexto urbano contemporâneo e definir a crise capitalista do espaço e sua conjuntura atual para, posteriormente, explorar ações que permitam elaborar fissuras nas formas estruturais capitalistas de urbanização através da festa. Assim, neste artigo, definimos como *crise contemporânea do urbano* o avanço de práticas neoliberais norte centradas nas políticas urbanas, um estado de desestruturação das ordens sociais e perpetuação de estruturas de poder baseadas no modelo econômico ocidental vigente. No processo de formação urbana, cidades foram pensadas e criadas reforçando estruturas de poder. Assim, podemos entender a urbanização não somente como um processo de expansão territorial advinda do capitalismo industrial, mas um tecimento relações sociais e extensão desigual de um “tecido urbano”, composto por diversos tipos de padrões de uso do solo mercantilizado, expansão da malha urbana e redes da economia global. Logo, cidades são espaços dotados de uso e relações de variadas ordens, onde “a estrutura do espaço

organizado” (Lefebvre, 1992) está atrelada às relações sociais e espaciais, e o espaço não pode ser entendido como uma estrutura autônoma.

Lefebvre (apud Mitchell, 2003) propõe a diferenciação de *representações do espaço* e do *espaço representado*. As representações do espaço podem ser entendidas como os espaços ordenados, planejados e descarnados; enquanto o espaço representado seria o espaço apropriado pelo cotidiano e as relações tecidas nesse espaço. Mitchell (2003) defende que os espaços públicos geralmente começam como representações do espaço e o que determina sua transição para um espaço representado *é a vida que está presente nele e os usos que lhe são dados*. Assim, podemos entender as múltiplas formas de ocupação como um fator determinante para a vitalidade do espaço, principalmente tendo em vista as inúmeras tentativas de expropriação do caráter público e plural na cidade contemporânea. Neste sentido, cabe reforçar que os conflitos advindos do uso do espaço “não devem ser encarados sob uma perspectiva negativa, visto que o espaço público é um lugar de coexistência das implicações cotidianas” (Pena e Junior, 2012).

Tais implicações cotidianas suscitam uma elaboração da intersecção da cidade e as sociabilidades existentes aos corpos que a habitam, onde nosso foco de pesquisa seriam as formas de apropriação do espaço da cidade contemporânea a partir da noção de carnavalização, bem como no potencial transformador da experiência carnavalizada como forma de fissurar à lógica neoliberal hegemônica e homogeneizante dos espaços. Gramsci (2011) diz sobre a existência de um *espírito popular criador* que “tem um elemento criativo, de transformação, de intervenção sobre a realidade, de modificação das condições de existência.”, assim, assumimos a possibilidade de inscrição do *espírito popular* nas manifestações coletiva rueiras, que suscita meios de subversão inscritos no ato de celebrar, seja através da informalidade, seja através de sua existência performática e contraditória que contesta a *ordem* estabelecida. Monte-Mór (2005, p.172 apud Chaves, 2023) pontua que “ampliar os meios de manter a ordem na rua culmina, afinal, com a supressão da rua”. O que podemos ver nas tentativas de supressão das festividades seja: 1) no agenciamento de experiências carnavalizadas de rua em prol do mercado e do Estado; 2) na repressão da festa

na rua por governos conservadores, como é o caso, que abordaremos mais à frente, do decreto nº 13.798 assinado por Marcio Lacerda em 2009 onde determinava que “fica proibida a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta Capital.”.

Ora, se os espaços públicos adquirem sua vitalidade através do uso e da capacidade de promover o encontro das diferentes camadas sociais, de desejo e de existência que compõe a cidade, cabe refletir a realidade contemporânea do esvaziamento desses espaços como um processo de pacificação do espaço público causado pela mercantilização da cidade.

O espaço, a terra, o solo, não desapareceram, absorvidos pela produção industrial; ao contrário, integrados ao capitalismo, eles se afirmaram como elementos em sua extensão, uma extensão ativa. O capitalismo não só apreendeu o espaço preexistente, a terra, mas tende a produzir seu próprio espaço. Através da urbanização, sob a pressão do mercado mundial. Sob a lei do reproduzível e do repetitivo, eliminando as diferenças no espaço e no tempo, destruindo a natureza e o tempo natural. (Lefebvre, 1974 apud Gottdiener, 1997).

Na sociedade designada pelo espetáculo, o princípio é a não intervenção; sua condição preliminar (e ao mesmo tempo seu produto), a passividade na contemplação. A contemplação passiva de imagens, que ademais foram recolhidas por outros, substitui o vivido e a experimentação do próprio indivíduo dos acontecimentos à sua volta. (Velloso, 2007, p.68)

As cidades são parte ativa da ação do neoliberalismo, que permeia as formas de produção, circulação e organização espacial, bem como se manifesta nas sociabilidades existentes na cidade. Assim, o espaço urbano dentro da lógica do capitalismo não pode ser pensado de forma fixa, mas sim em constante remodelação que acompanha a modificação das relações do sistema econômico, através do constante conflito de forças sociais orientadas, respectivamente para o lucro e valor de troca e, por outro lado, para a vida cotidiana das configurações socioespaciais urbanas. (Lefebvre, 1996 [1968]; Harvey, 1976; Logan e Molotch, 1987, apud Brenner et al., 2011). Se pensarmos que a dinâmica de obtenção de lucro permeia as relações sociais e a reprodução da vida cotidiana, concluímos que essas relações são indissociáveis ao espaço e ao processo de urbanização, organizados de forma a aumentar a obtenção de lucro. Em setores culturais inclusive, onde segundo a quinta edição do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) 2009-2020, que consolida informações de

diferentes pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o total dos gastos públicos, de todas as esferas administrativas somadas, alocados no setor cultural aumentou de R\$ 6,2 bilhões em 2009 para R\$ 9,8 bilhões em 2020. Além disso, os valores captados por produtores culturais via incentivo fiscal subiram de R\$ 980 milhões em 2009 para R\$ 1,489 bilhão em 2020. A região sudeste captou 77,7% do total. Esses dados demonstram um interesse do Estado e do Mercado na produção cultural, porque a festa movimenta a cidade economicamente. A exemplo do cenário de Belo Horizonte, que enfrentou uma repressão expressiva desde antes de 2009 e, surpreendentemente, em 2024 contou com quase 6 milhões de pessoas na rua, onde blocos passaram a contar com o financiamento parcial do poder público para que pudessem acontecer. Antagonicamente ainda enfrentam lutas diárias para sua permanência: agenciamento da pauta do carnaval para disputas políticas entre o governo do estado e município, recursos mal distribuídos e atrasados, repressão policial em blocos menores e marginalizados, dívidas e diversos outros desafios para realizar a festa na rua.

Figura 01: Foliões protestam contra governador Romeu Zema



Fonte: Paula Molina e Henrique Lima

Paradoxalmente, no entanto, os conflitos, fracassos, instabilidades e tendências de crise associadas à urbanização capitalista levaram não à sua dissolução ou transcendência, mas à sua reinvenção contínua através de um processo dinâmico de “implosão-explosão” (Lefebvre, 2003 [1970]). e “destruição criativa” (Harvey, 1989). Consequentemente, apesar das suas consequências sociais e ambientais destrutivas e desestabilizadoras, o esforço incansável do capital para aumentar a rentabilidade tem desempenhado há muito tempo, e continua a desempenhar, um papel poderoso na produção e transformação das configurações socioespaciais urbanas. (Brenner et al., 2011)

As cidades, principalmente com os movimentos emancipatórios dos anos 60, tem passado por profundas transformações e sujeita a uma multiplicidade de desejos e relações de poder. Reivindicações de vitalidade dos espaços públicos, qualificação e vida pulsante nos centros urbanos, práticas culturais e diversidade social emergiram no debate espacial, contudo, retomando a capacidade de mutação do capital, versões superficiais e descontextualizadas dessas reivindicações se destacaram. Assim, pautas progressistas, bem como movimentos rueiros, formas de cultura do povo e socialização são apropriadas pelo neoliberalismo e

grupos sociais poderosos monopolizam o urbano reforçando práticas hegemônicas de produção espacial. Portanto, segundo Simas em suas diversas declarações públicas sobre “O Brasil que deu certo”, a resistência vem na construção de Outro Brasil, com foco “nas miudezas, num certo amudamento dos fazeres, na prática da rua, na prática das comunidades, a gente pode começar a reconstruir uma ideia mais generosa de país.” (Simas, 2021) Adicionamos ainda, ao falarmos de experiências carnavalizadas, a ideia potente da Crítica dos Afetos, de Felipe Campello (2022), sobre a necessidade de pensarmos outras gramáticas ou a multiplicidade de gramáticas, onde “pensar a partir dos afetos traz a vantagem de lembrar que somos afetados pelo outro, mesmo quando a experiência desse outro excede nossa gramática”. Assim, sugerimos as experiências carnavalizadas como uma experiência de partilha de múltiplas gramáticas e afetos, com capacidade de catalisar processos disruptivos e promover fissuras, unir sujeitos coletivamente e compartilhar sentimentos.

Num cenário de esvaziamento da experiência em espaços públicos, políticas urbanas que renunciam a distribuição de riquezas como parte fundamental de análises, e táticas conservadoras de controle e gestão urbana, sugerimos a produção de fissuras na estrutura capitalista através de experiências de festa que subvertem usos e permitam o diálogo pela alteridade, aventando visões de mundo em que a cidade seja um espaço mais democrático. “A pacificação de espaços públicos, através da fábrica de falsos consensos, busca esconder tensões inerentes a esses espaços e, assim, procura esterilizar a própria esfera pública” (Jacques, 2012). A vida urbana pressupõe o confronto das diferenças, tendo como relevante a valorização da alteridade e de uma prática de cidade coletiva. Propomos uma contribuição teórica urbana adequada às cidades e produções culturais do sul global, que permitam contestar formas de urbanização e produzir fissuras, ruídos e questionamentos no debate sobre produção urbana.

CIDADES PLANEJADAS: UM PANORAMA SOBRE BRASÍLIA E BELO HORIZONTE

Frente ao nosso contexto de análise, é preciso definir o recorte espacial: duas cidades planejadas, Belo Horizonte, em 1897 e Brasília, inaugurada em 1960. Assim, pretende-se abordar suas construções históricas, confluências e divergências, mas com a premissa de que nossos objetos de estudo são regiões urbanas localizadas no sul global e todas as dinâmicas associadas a isso: processo de urbanização intensivo, desigualdade socioespacial, imposição de um modelo de desenvolvimento hegemônico e uma série de marcadores sociais inerentes à realidade brasileira.

A começar por Belo Horizonte - MG, o processo de construção da capital mineira deu-se no século XIX, pelo engenheiro politécnico Aarão Reis. Com grandes influências das reformas urbanas estrangeiras, principalmente do norte global e seguindo princípios do urbanismo funcionalista e higienista, o plano elaborado por Reis traz grande proximidade com o Plano de Washington, com a reforma realizada por Haussmann em Paris e, especialmente, com o plano de La Plata, na Argentina.

Brasília, inaugurada 63 anos depois de Belo Horizonte, ainda seguindo as premissas da doutrina funcionalista, é idealizada por Lúcio Costa, por meio do concurso vencido em março de 1957. Brasília foi pensada e construída em tempo recorde sob o pensamento da política desenvolvimentista de “50 anos em 5” do governo Juscelino Kubitschek, onde seu projeto moderno “significou a abertura para um país que ainda estava por vir, a partir de espaços abertos, horizontes livres, espaços públicos igualitários graças aos quais poder-se-ia gerar uma nova ordem social” (Lassace et al., 2021, p.54). Tombada 27 anos após sua inauguração, Brasília entra na categoria de “uma espécie de não-lugar no debate sobre a cidade contemporânea, (...) uma curiosidade frequentemente tratada como ‘anomalia’ da categoria do urbano por não resultar do processo histórico da formação de cidades e apresentar uma forma congelada no tempo devido ao seu tombamento” (Lassace et al., 2021, p.52)

Enquanto Belo Horizonte seguiu os preceitos de embelezamento e reformas higienistas, presentes também na idealização da capital do país, Brasília está vinculada a uma noção utópica, sendo reconhecida como uma das maiores realizações do Movimento Moderno no

século XX e a representação de uma cidade do futuro. Desde suas criações, tanto Brasília quanto Belo Horizonte, confluem no sentido de trazer para si migrantes, seja do interior, seja de outras cidades brasileiras. São cidades em transformação, ou cidades-enigma (Benjamin apud Velloso e Jacques, 2023), formadas por uma pluralidade de fragmentos urbanos, mas também experiências urbanas distintas da população que compõe a nova cidade, trazendo uma multiplicidade de práticas sociais e culturais que conformam o espaço e sugere um exercício democrático da cidade de diferentes raízes.

Em sua obra *Cinematográfico: crônicas cariocas*, João do Rio elabora sobre as reformas urbanas no Rio de Janeiro, bem como o impacto das transformações na vida social:

A mudança! Nada mais inquietante do que a mudança – porque leva a gente amarrada essa esperança, essa tortura vaga que é a saudade. Aquela mudança era, entretanto, maior do que todas, era uma operação da cirurgia urbana, era para modificar inteiramente o Rio de outrora, a mobilização do próprio estômago da cidade para outro local. Que nos resta mais do velho Rio antigo, tão curioso e tão característico? Uma cidade moderna é como todas as cidades modernas. O progresso, a higiene, o confortável nivelam almas, gostos, costumes, a civilização é a igualdade num certo poste, que de comum acordo se julga admirável [...] (Do Rio, 2009, p. 153).

João do Rio rememora o laço indissolúvel entre cidade e corpo. Merleau Ponty (apud Pallasmaa 2011; 2018) sobre o corpo como nossa primeira referência espacial, “a cidade e meu corpo se complementam e se definem. Eu moro na cidade, e a cidade mora em mim” (Pallasmaa, 2011). Portanto, percebemos o mundo através do nosso corpo e essas percepções corporificadas e espaciais se encontram em um universo de intersecção, o que nos mostra a dimensão do corpo afetada pelas mudanças urbanas. Belo Horizonte, em sua construção inspirada nas grandes reformas urbanas, Brasília, na concepção de uma cidade pensada pela lógica rodoviarista, o deslocamento urbano do objeto carro, mas onde fica a dimensão do corpo?

De fato, o debate urbano evoluiu muito desde o século XX, trazendo questionamentos acerca da atual crise de projeto urbano nas cidades do Sul Global e a existência de um panorama contemporâneo das cidades brasileiras que se encontra marcado pela forte desigualdade

socioespacial, cidades genéricas moldadas pela especulação imobiliária e projetos espetaculares, sendo um desafio na gerência de um planejamento urbano democrático. Retomando os estudos de Benjamin (apud Velloso e Jacques, 2023) “entender a cidade em transformação como enigma, ‘perder o seu caminho na cidade’, exercitar a arte de errar, (...) pois aquele que erra na cidade, que pratica os seus desvios, aprende a ouvir o que a própria cidade fala, sua ‘língua singular’”. Assim, acreditamos no entendimento da cidade através daquilo que tem a capacidade de surpreender, transgredir usos hegemônicos e, principalmente, na experiência urbana de seus habitantes no espaço público, coletivo e democrático. Trazendo a contribuição de Oswald de Andrade em Manifesto Antoprófago (1928), é preciso digerir e retoma as “camadas de tempos coexistentes”, a contribuição dos habitantes invisíveis, da cultura popular, das experiências carnavalizadas e seus ensinamentos, para a criação de um urbano Outro que dê voz a práticas emancipatórias.

Assim, abordando o crescimento das experiências carnavalizadas em Belo Horizonte e Brasília, temos a similaridades como o crescimento de movimentos de neofanfarras no centro-sul do Brasil nos últimos anos, bem como a tentativa de consolidação de um movimento cultural em ambas as cidades pela esfera da rua e a mobilização coletiva para garantia cultural na cidade. Belo Horizonte, apresenta uma crescente cultural, principalmente a partir de 2009, o surgimento do movimento Praia da Estação, que reivindicou o direito do uso da Praça da Estação após o prefeito Márcio Lacerda decretar a proibição de eventos de qualquer natureza no local, resultando na revogação do decreto nº 13.798/2009 em maio de 2010. Em julho de 2016 uma portaria conjunta que reconhece que: “que a Praça da Estação é bem de uso comum do povo, destinado ao lazer;” e em seu artigo 3º reafirma o uso da praça de forma gratuita, onde “A Praça da Estação, observadas as exigências fixadas na legislação municipal e nesta Portaria, poderá ser utilizada para os seguintes eventos coletivos, que deverão ser realizados sem cobrança de ingresso”. O que nos mostra o poder de resistência pela manifestação cultural, “quando os afetos deixam de ser apenas uma espécie de meio adaptativo às estruturas sociais e passam a catalisar processos disruptivos, nomeando novas experiências e ampliando o horizonte do possível.” (Campello, 2022).

Até o presente trabalho, entendemos que Brasília ainda não atingiu a ascensão cultural escalada por Belo Horizonte, contudo, na resiliência do cerrado encontramos diversos grupos como Aves Migratórias, bloco que nasceu como uma brincadeira sobre esvaziamento da cidade no carnaval, Calango Careta, Pedra Fundamental e muitos outros, que movimentaram a cidade a ponto de promover o Carnabril, festejo coletivo carnavalesco em abril. Pontuar o conflito existente a essas práticas culturais é importante, porque tanto Belo Horizonte e Brasília enfrentam a repressão para que os corpos carnavalizados não ocupem as ruas, seja por discursos de ordem, higienismo ou segurança.

PRÁTICAS URBANAS COMO INSURGÊNCIA

Frente a quantidade de manifestações higienistas e controladoras nos espaços, em nome do conforto, da segurança ou da própria ânsia por espaços de consumo, espaços públicos perdem sua dimensão política e conflituosa, para uma versão descarnada e consensual. Logo, faz-se importante questionar para quem o espaço público deve ser feito? Com quais intenções? E como podemos pensar o direito à cidade? E, ainda, como podemos pensar a dimensão festiva nesses espaços?

Diferentes movimentos que existiram e existem, abordaram “o direito a cidade” de diversas formas. Mayer (2011), explica, entre outros, o conceito a partir da concepção lefebvriana onde “a urbanização representa uma transformação da sociedade e da vida cotidiana por meio do capital. Contra esta transformação Lefebvre procurou criar direitos por meio da ação social e política: a rua e as reivindicações a ela estão estabelecendo tais direitos”. Assim, podemos entender o direito à cidade como um direito que desafia os usos hegemônicos e de mercado, reivindicando a apropriação do espaço público também por aqueles que são privados e marginalizados dele. Segundo Lefebvre (2016) “o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à socialização, ao habitat e ao habitar.” Um direito que “só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada (que) pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos dos modos de viver, dos padrões que coexistem na Cidade.” (Lefebvre, 2016)

O neoliberalismo produziu tendências que impactam diretamente a sociedade, como a agudização da divisão social, enfraquecimento do espaço público e exclusão acentuada de áreas, recursos e grupos sociais desfavorecidos (Brenner et al., 2011). Por isso, é preciso pensar em relações que transgridem o pensamento mercantilizado e hegemônico, além de interações democráticas no espaço público como forma de distender a ação do capital e da desigualdade social.

O espaço sempre foi uma aposta central do Poder, porque o homem precisa de um espaço vital para sobreviver. Acredito que é uma luta constante e que temos que nos reapropriar do nosso espaço, começando pelo espaço público. E é isso que vem acontecendo há meses no mundo árabe. (...) O espaço público é desumanizado, resultado de diversas estratégias que levam a um controle físico das pessoas, a começar por abordar um grupo mas recebido individualmente. A reapropriação do espaço público pelo povo, e através da realização de ideias alternativas, é o primeiro passo numa possível resistência contra o totalitarismo dos excessos do capitalismo (Hirsch e Miessen, 2012)

Ao pensar em estratégias insurgentes para a apropriação do espaço público, os movimentos advindos das experiências carnavalizadas vêm como forma de reaver o encantamento e o uso político do espaço, por criarem "pequenas ilhas escondidas de liberdade" (Arendt apud Mitchell, 2003). As experiências culturais no espaço público invocam uma série de sentimentos, que politizam a interação com o espaço: o conflito, a alegria, o dissenso. Ademais, tais experiências são provenientes de expressões populares. Benjamin diz que

[...] o grande narrador está sempre enraizado no povo [...] todos os grandes narradores tem em comum a facilidade com a qual sobem e descem os escalões de sua experiência como os degraus de uma escada. Uma escada que se afunda nas entranhas da terra e se perde nas nuvens: esta é a imagem de uma experiência coletiva que reconforta mesmo quando a aflição atinge seu auge. (BENJAMIN apud Didi-hubberman, 2014)

Dessa forma, propomos que as experiências carnavalizadas adentram a esfera política urbana, uma vez que promovem a transformação de determinadas áreas em espaços de pertencimento, voltados para o desenvolvimento de atividades culturais. Essas atividades estão intrinsecamente relacionadas ao surgimento da questão cultural como um instrumento para a construção da identidade e a promoção da coesão social. Além disso, o processo de

carnavalização envolve a provocação, a dualidade entre o profano e o sagrado, a subversão, a apropriação e a criação de novos usos para o espaço público, podendo ser interpretado como uma forma de microresistência urbana. É imprescindível também uma reflexão histórica sobre os signos que foram apagados durante o processo de construção cultural, bem como a contribuição — e além de contribuição, mas parte definidora do que é a construção da cultura da brasileira — das essências de expressões culturais contemporâneas, frequentemente protagonizados por sujeitos marginalizados na narrativa histórica. Observa-se uma negligência historiográfica evidente quando se considera o recorte de classe e raça, no apagamento de sujeitos que desempenharam um papel ativo na formação da cultura de rua. Isso revela o “mito da democracia racial” e o racismo manifestados no apagamento de expressões culturais não brancas. “Cada vez mais, seja na história da escravidão, no período pós-Abolição, nos estudos feministas, pós-coloniais ou no ensino de história, o conceito de cultura tornou-se uma chave, assumindo contornos mais relacionados aos conflitos do que aos consensos.” (Abreu, Xavier et al., 2018)

A festa tenta reestabelecer a função lúdica que faz tempo foi perdida na cidade em meio ao funcionalismo planejador. Como o planejamento urbano reservou espaços para o desenvolvimento da função lúdica só em alguns lugares da cidade, nas áreas pericentrais, de urbanização espontânea, tal função pode ser exercida somente por meio da transgressão no uso dos espaços destinados a monofuncionalidade (...). Na festa e pela festa, se prioriza o espaço lúdico sobre o espaço de troca e de circulação, ou seja, o espaço da apropriação sobre o espaço da dominação. (Lozano, 2013)

Assim, entendendo a dimensão política, lúdica e a contribuição na construção de dissensos da Festa e das experiências carnavalizadas, trazemos aqui o exemplo do Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro, grupo tradicional de Brasília, ligado à identidade cultural da cidade. Unindo instrumentos de percussão, canto e o Cerrado, o grupo trouxe um novo gênero musical, o samba pisado, mas para além das contribuições musicais, o Seu Estrelo participa ativamente da discussão e reinvenção da cidade, se tornando patrimônio cultural imaterial do Distrito Federal em 2024. Com sua forma de brincar com figuras do imaginário cultural cerradino, o Seu Estrelo se traduz como um exemplo de experiência carnavalizada de rua, e revive conceitos “determinantes para essa experimentação visual-performativa: ‘qualquer um

pode’, ‘radicalidade antiburocrática’, ‘horizontalidade’, ‘desindividualização’ e ‘infinitas pequenas diferenças’.” (Castro, 2021)

Belo Horizonte, como Brasília, traz a dicotomia da nova cidade substituindo o velho, uma sobreposição de tempos influi nas relações sociais e urbanas das cidades. A tensão entre o antes e o depois, legalidade e ilegalidade, conservadorismo e modernidade. Para além, temos também o processo de resistência cultural de rua no carnaval de Belo Horizonte, que não é restrito somente às datas oficiais do carnaval, mas fanfarras e movimentos culturais que acontecem durante todo o ano.

A década de 2010 encontrou Belo Horizonte engravidada por sua própria ânsia de reviravolta. Seu passado de movimentos sociais e culturais transformadores, sua força de acúmulos de resistência, sua caudalosa margem de vontades represadas a cobravam pelo novo. Então tudo aconteceu. Uma poderosa roça grande que desaguou em um conjunto múltiplo de suas vozes, utopias ricocheteadas, ações diretas e simbólicas na libertadora ocupação de espaços públicos e na indomável afirmação de suas muitas identidades. Alegrias, tristezas, irreverências, dramas, quedas ou conquistas do percurso de mutação de uma metrópole. Páginas de glitter, tambor, cassetetes, caixas de som ou latas de spray. Enredos com combustível de paixão ou água de caminhão pipa. Linhas de festa e manifestação, batalhas de rima, de confete ou de gás lacrimogênio dentro e fora dos contornos planejados da mineiridade. (Artenius, 2024)

Com sua essência clandestina, autogerida e marginal, retomamos o termo experiências carnavalizadas como flechas aguçadoras de tensão que vem como um meio de resignificação do espaço. A ocupação carnavalizada traz à tona imagens políticas e de deleite, uma cidade ocupada por diversas pessoas, desvirtuando o que é usual no cotidiano do espaço. Pensar o carnavalização de Brasília e o crescente número de neofanfarras que apareceram na última década, bem como o carnaval de rua de Belo Horizonte, nos leva a reforçar a contribuição de ambos os movimentos para a vitalidade do espaço público, reafirmando a fala de Luiz Antônio Simas que introduz esse artigo e traz o carnaval - ou as experiências carnavalizadas, pois insistimos em ir além da data demarcada e, enfim, abordarmos práticas que se traduzem no território durante o ano inteiro, com suas invenções, criação de tradições modernas e populares, contação de história e narrativas encantadas - onde tradições “rueiras”, marginais e profanas disputam com uma outra cidade, a conservadora. O carnavalizar a rua representa a cidade diversa, que tenciona o debate e amplifica Outras vozes urbanas.

CONCLUSÃO

Dado que uma insurgência, na medida em que é uma prática disruptiva de uso dos espaços produzidos segundo a lógica capitalista, devemos ver os lampejos das insurgências, apesar dos fortes holofotes do capitalismo. Didi-Huberman (2014) fala sobre o esforço de ver através das brechas e do improvável, que ao vermos somente as luzes fortes dos projetores ou a noite escura, deixamos de ver o “espaço das aberturas, dos possíveis, dos lampejos, dos apesar de tudo.”

É nesse sentido que procuramos mostrar aqui um entendimento da definição de espaço público como exercício do direito à cidade na contemporaneidade. Em outras palavras, mostrar como as experiências em torno do que chamamos de experiências carnavalizadas, e demais festas autogeridas que acontecem na rua, contestam as formas de poder do mercado que atravessam o urbano. As implicações das experiências carnavalizadas constroem meios poderosos de transgressão dos espaços públicos.

REFERÊNCIAS

ARTÊNIUS, D. **BH 10 Anos**. Belo Horizonte, 2024.

BARBOSA, J. L. **Por Uma Cartografia de Microutopias Para Reinvenção da Cidade**. In: SERPA, A.; CARLOS, A. F. A. Geografia Urbana. Salvador: EDUFBA, 2018.

BRENNER, N. et al. **Cities For People, Not For Profit: Critical Urban Theory and The Right To The City**. New York: Routledge, 2011.

BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. Corpo-cidade: Arte enquanto Microresistência Urbana. **Fractal Revista de Psicologia**, Salvador, v. 21, maio-agosto 2009.

CAMPELLO, F. **Crítica dos Afetos**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2022

CASTRO, M. B. D. **Carnaval-Ritual: Carlos Vergara e Cacique de Ramos**. [S.l.]: Cobogó, 2021.

CHAVE, M. **Carnaval de rua em Belo Horizonte: festa na contracorrente da espetacularização ou festa espetacularizada?** Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.

DIDI-HUBERMAN, G. **Sobrevivência dos Vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DO RIO, João. **Cinematógrafo (Crônicas Cariocas)**. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

GOONEWARDENA, K. et al. **Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre**. New York: Routledge, 2008

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. [S.l.]: EESC, 1997.

GRAMSCI, A. **Que és la Cultura Popular?** Valencia, Universitat de Valencia, 2011.

JACQUES, P. B. **Experiência Errática**. Redobra, Salvador, n. 9, p. 192-204, 2012.

LASSACE, G. et al. **Cidade Pós-Compacta**. Rio Books, Rio de Janeiro, 2021.

LOZANO, L. P. G. **A Cultura Popular Face à Crise da Cidade e do Urbano**. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 201. 2013.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 1992.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Itapevi: Nebli, 2016.

MITCHELL, D. **The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space**. [S.l.]: Guilford Publications, 2003.

PENA, J. S.; JUNIOR, O. A. W.-D. **Partilha e Conflito no Espaço Público: experiencias urbanas na cidade de Salvador**. Redobra, Salvador, n. 9, p. 46-57, 2012.

SIMAS, L. **Historiador Luiz Antonio Simas: 'É preciso fazer o Brasil dar errado'**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2021/07/04/historiador-luiz-antonio-simas-e-preciso-fazer-o-brasil-dar-errado.html> . Acesso: 12 out. 2024

SOJA, E. W. **Postmetrópolis: Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones**. Los Ángeles, Blackwell Publishing, 2000

VELLOSO, R.; JACQUES, P. B. **Enigma das cidades: ensaio de epistemologia urbana em Walter Benjamin**. Salvador: EDUFBA, 2023

VELLOSO, R. **Apropriação ou o urbano-experiência**. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5949> . Acesso: 13 out. 2024